

A Comissão de Ética do IEF, instituída pela Portaria IEF nº 134 de 20 de agosto de 2012, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 7º do Decreto nº 43.885, de 04 de outubro de 2004 e pelo artigo 2º, parágrafo único da Deliberação CONSET nº 05 de 03 de março de 2005, APROVA o Regimento Interno da Comissão de Ética do IEF com as seguintes disposições:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O funcionamento da Comissão de Ética de que trata o Decreto nº 43.885, de 04 de outubro de 2004, rege-se pelo Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração Estadual e por este Regimento Interno Padrão – RIP.

Parágrafo Único – Havendo necessidade, a Comissão de Ética poderá propor ao Diretor Geral do IEF, normas de funcionamento complementares a este Regimento Interno.

Art. 2º - Para efeitos deste Regimento, equívalem-se as expressões “Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração Estadual” e “Código de Ética”; “Comissão de Ética” e “Comissão”; “Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais”, “Conselho de Ética e CONSET”; “Regimento Interno Padrão”, “Regimento” e “RIP”.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 3º - Compete à Comissão de Ética:

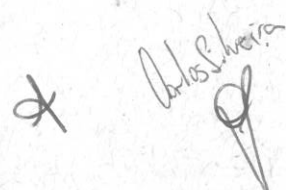
I – zelar pela observância do Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração Estadual, especificamente seu Título I, responsabilizando-se pela formalização do compromisso solene de seu acatamento, no ato de posse, investidura em função pública ou celebração de contrato de trabalho, conforme ANEXO I, da Deliberação CONSET nº 05 de 03 de março de 2005;

II – responsabilizar-se pela divulgação das Deliberações do Conselho de Ética Pública-CONSET no IEF;

III - planejar e executar atividades periódicas que visem à prevenção de desvios éticos;

IV - orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público e ainda conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura;

V - apurar, de ofício ou em razão de denúncia, condutas que possam configurar infringência a princípio ou regra ético-profissional;



VI - conhecer de consultas, denúncias ou representações formuladas contra servidor público, repartição ou setor em que haja ocorrido a falta, cuja análise e deliberação forem recomendáveis para atender ou resguardar o exercício do cargo, emprego ou função pública, desde que formuladas por autoridade, servidor, qualquer cidadão ou entidade associativa regularmente constituída, com a devida identificação.

VII - fornecer à Comissão de Avaliação de Desempenho de que trata a Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003, os registros sobre a conduta ética dos servidores públicos, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público;

VIII - esclarecer dúvidas a respeito da aplicação do Código de Ética no IEF e solicitar orientações ao CONSET, quando necessário;

IX – colaborar, quando solicitado, com órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal, ou dos Poderes Legislativo e Judiciário; e

X – seguir as normas e diretrizes emanadas pelo CONSET e atender prontamente suas solicitações;

XI - adotar orientações complementares, de caráter geral, quando houver necessidade, ou específico mediante resposta a consultas formuladas por servidores.

XII – encaminhar sugestão ou consulta ao Conselho de Ética Pública, quando considerar necessário;

XIII - instaurar procedimento para apuração de ato que possa configurar descumprimento ao Código de Conduta Ética;

XIV - buscar preferencialmente a conciliação entre as partes envolvidos em conflito, lavrando quando for o caso, o respectivo Termo de Conciliação;

XV - adotar uma das seguintes providências em caso de infração apurada em processo ético:

- a) advertência verbal ou escrita, nos casos de menor gravidade; ou
- b) censura ética, nos casos de maior gravidade ou de reincidência na alínea “a”

XVI - encaminhar cópia da decisão acerca da infração apurada ou cópia do Termo de Conciliação, quando for o caso, para a Diretoria Geral do IEF;

XVII – no caso de ausência de conciliação, elaborar ementa da qual conste o número do processo, o ato ou fato apurado e a decisão proferida, sem, contudo mencionar o nome do acusado, a qual deverá ser afixada em lugar visível, no órgão ou entidade, e divulgada junto às demais comissões de ética, objetivando o desenvolvimento da consciência ética.

X
Carlos Silveira

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - A Comissão é composta por três membros titulares e dois suplentes, escolhidos e designados pelo dirigente do órgão ou entidade, com mandato de dois anos, facultada uma recondução por igual período.

§ 1º - O Presidente da Comissão será designado pelo titular do órgão ou entidade.

§ 2º - O Presidente da Comissão será substituído pelo membro mais antigo, em caso de impedimento ou vacância.

§ 3º - Cessará a investidura de membros da Comissão de ética com a extinção do mandato, a renúncia ou por desvio disciplinar ou ético reconhecido pela Comissão de ética Pública.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º - As deliberações da Comissão de ética do IEF serão tomadas por votos da maioria de seus membros.

Art. 6º - A Comissão reunir-se-á pelo menos a cada 30 dias.

§ 1º - A Comissão estabelecerá o dia e a semana no mês em que se reunirá, e em caso de necessidade de alteração da data estabelecida, haverá necessidade de comunicação formal;

§ 2º - Haverá obrigatoriamente relatório de todas as reuniões realizadas, ordinárias e extraordinárias, inclusive aquelas com a presença de servidores submetidos ao Código de Ética, rubricado pelos membros em todas as páginas.

Art. 7º - A Comissão poderá ter um Secretário, designado dentre os servidores lotados no órgão/entidade para apoio técnico e administrativo.

§ 1º Fica vedado ao Secretário ser membro da Comissão de Ética;

§ 2º Outros servidores do órgão ou da entidade poderão ser requisitados, em caráter transitório, para realização de atividades administrativas junto à Secretaria.

§ 3º O Presidente da Comissão poderá solicitar apoio técnico e administrativo às diversas Unidades dos órgãos e entidades.

Handwritten signature and initials:
* Carlos Silveira

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES

Art. - 8º Compete ao Presidente da Comissão:

- I – convocar e presidir as reuniões e os trabalhos da Comissão;
- II – colocar em votação os assuntos submetidos à Comissão

Art. - 9º As reuniões da Comissão obedecerão ao seguinte roteiro:

- I - leitura e aprovação do relatório da reunião anterior e das medidas em andamento dos trabalhos da Comissão;
- II - discussão das medidas em andamento e da nova matéria;
- III - programação das ações necessárias aos próximos trabalhos da Comissão;
- IV - assuntos gerais.

Art. 10 - Compete aos membros da Comissão:

- I - solicitar informações a respeito de matérias sob exame da Comissão;
- II - instruir as matérias submetidas à deliberação;
- III - providenciar a instrução de matéria nos casos em que houver necessidade de parecer sobre a legalidade de ato a ser por ela baixado;
- IV – requisitar aos servidores submetidos ao Código de Conduta Ética documentos, informações e subsídios para instruir assunto sob apreciação da Comissão.

Art. 11 - Compete ao Secretário:

- I – organizar a agenda e a pauta das reuniões;
- II – proceder ao registro das reuniões e à elaboração de suas atas;
- III – fornecer apoio técnico e administrativo à Comissão de Ética;
- IV – executar e dar publicidade aos atos de competência da Secretaria Executiva;
- V – executar outras atividades determinadas pela Comissão de ética.

CAPÍTULO VI DA APURAÇÃO DE FALTA ÉTICA

X

Carlos Silveira

Art.12 - A apuração de falta ética, pela Comissão de Ética, obedecerá ao seguinte rito:

I - conhecimento e registro do ato ou fato considerado antiético, de ofício, ou mediante denúncia identificada;

II - exame do ato ou fato segundo os princípios, direitos, deveres e vedações constantes do Código de Conduta Ética, em até dez dias úteis;

III - notificação ao Denunciado, em 5 (cinco) dias úteis, que deverá manifestar-se sobre as irregularidades, em igual prazo.

IV - realização de diligências e produção de provas pela Comissão de Ética ou pelo denunciante, em 15 dias corridos;

V - notificação ao Denunciado para produzir as provas, em 15 dias corridos;

VI - encerrada a instrução, notificar o Denunciado, em 5 (cinco) dias úteis, que deverá apresentar suas razões finais de defesa, em igual prazo.

VII - recebidas as razões finais de defesa, elaborar, em até 30(trinta) dias corridos a síntese da ocorrência, o julgamento e a notificação da decisão ao Denunciado, conforme ANEXO II, da Deliberação N.º 005; de 03 de março de 2005.

VIII - comunicação ao superior hierárquico e à Comissão de Avaliação de Desempenho da aplicação de advertência verbal ou censura, na hipótese do denunciado não apresentar recurso, em até cinco dias úteis, após a ciência da decisão da Comissão de Ética ou do Conselho de Ética Pública em grau de recurso.

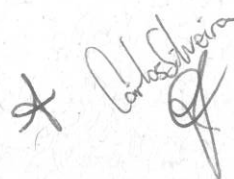
Parágrafo 1º - Não será conhecida denúncia anônima, sendo ainda considerada como tal aquela em que o signatário não tenha existência legal;

Parágrafo 2º - O servidor deverá ser notificado para tomar ciência do julgamento (campo IV do formulário "Síntese de Ocorrência Ética") em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da decisão.

Parágrafo 3º - Os prazos mencionados nos incisos deste artigo poderão ser estendidos, quando se tratar de apuração de falta ética de agente público lotado no interior do Estado.

Parágrafo 4º - Da decisão final da Comissão de Ética do IEF caberá recurso ao CONSET.

Art.13 - Quando a Comissão detectar em apurações que o servidor, além da falta ética, cometeu falta penal, administrativa ou disciplinar fará os devidos encaminhamentos para a Unidade Integrada de Auditoria (UIA) do Sistema



CAPÍTULO VI
DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS INTEGRANTES DA
COMISSÃO

Art. 14 - São princípios fundamentais no trabalho desenvolvido pelos membros da Comissão de Ética:

- I – preservar a honra e a imagem da pessoa investigada;
- II – proteger a identidade do denunciante;
- III – atuar de forma independente e imparcial;
- IV – comparecer às reuniões da Comissão de Ética, justificando ao presidente, por escrito, eventuais ausências e afastamentos;
- V- em eventual ausência ou afastamento, instruir o substituto sobre os trabalhos em curso;
- VI – declarar aos demais membros o impedimento ou a suspeição nos trabalhos da Comissão de Ética; e
- VII – eximir-se de atuar em procedimento no qual tenha sido identificado seu impedimento ou suspeição.

Art. 15 – Dá-se o impedimento do membro da Comissão de ética quando:

- I – tenha interesse direto ou indireto no feito;
- II – tenha participado ou venha a participar, em outro processo administrativo ou judicial, como perito, testemunha ou representante legal do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;
- III – esteja litigando judicial ou administrativamente com o denunciante, denunciado ou investigado, ou com os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau; ou
- IV – for seu cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, o denunciante, denunciado ou investigado.

Art. 16 – Ocorre a suspeição do membro quando:

Assinatura
[Assinatura]

I – for amigo íntimo ou notório desafeto do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau; ou

II- for credor ou devedor do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - As matérias examinadas nas reuniões da Comissão são consideradas de caráter sigiloso até sua deliberação final, quando a Comissão deverá decidir sua forma de encaminhamento.

Art. 18 - Os membros da Comissão não poderão se manifestar publicamente sobre situação específica que possa vir a ser objeto de sua deliberação formal.

Art. 190 - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação

Belo Horizonte, aos 30 de abril de 2013.




Juliana Costa Chaves

Presidente



Lauanda Ricaldoni Lima Nunes Avelar

Membro



Carlos José A. Silveira

Membro